

Nos bastidores, ministros se rebelam

Equipe econômica decidiu sem ouvir as outras pastas e criou o bloco dos excluídos

OPACOTE FISCAL do governo não trouxe insatisfação apenas para os contribuintes e os servidores públicos. Técnicos e ministros do próprio governo se estranharam durante a semana passada graças à inclusão ou exclusão de certas medidas de suas áreas no pacote. Para o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente, esta discussão é "irrelevante".

Nos bastidores do governo, Pedro Parente tem sido duramente criticado pelos colegas, segundo os quais, o secretário teria decidido, com mais três ou quatro técnicos do governo, entre eles, o secretário-executivo do Ministério do Planejamento, Martus Tavares, todo o elenco de medidas do pacote, batizado

em Brasília de "saco de maldades" - expressão usada pelo presidente do Banco Central, Gustavo Franco, uma semana antes da adoção das medidas.

"O conjunto de medidas foi levado ao presidente da República e não é relevante saber qual delas foi ou não incluída. Em nenhum momento foi assegurado a qualquer Ministério que seriam aprovadas todas as medidas que eles propuseram", disse Parente. No rol dos insatisfeitos, estão incluídos o ministro da Previdência Social, Reinhold Stephanes, o ministro da Educação, Paulo Renato Souza, e o secretário da Receita Federal, Everardo Maciel.

Apresentado à lista, Parente não hesita: "Tivemos várias reuniões técnicas

antes de concluir as medidas. O Cechin (secretário-executivo do Ministério da Previdência Social) e a Cláudia Costin (secretária-executiva do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado) entraram e saíram várias vezes do Ministério da Fazenda".

Quanto ao secretário da Receita Federal, Parente cita o detalhamento da medida provisória do Imposto de Renda como um exemplo de trabalho em conjunto. Os outros "excluídos" da elaboração do pacote econômico foram os ministros da Indústria, Comércio e Turismo, Francisco Dornelles, e da Previdência, Reinhold Stephanes. Nem eles nem suas equipes foram consultados sobre os aumentos ou cortes em suas áreas.

REVOLTADOS

ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES, presidente do Senado - Foi avisado de que o pacote viria e tomou conhecimento de suas linhas gerais há duas semanas, quando a equipe econômica elevou as taxas de juros. O presidente Fernando Henrique chamou ACM para informá-lo da subida dos juros e das medidas. No fim de semana passado, contudo, o senador ficou inteiramente desinformado.

EVERARDO MACIEL, secretário da Receita Federal - Estava na Espanha, participando de um evento internacional na área tributária, quando o governo decidiu preparar o pacote fiscal. Convocados à última hora, os técnicos da Receita tiveram a maioria de suas sugestões rejeitada. Ainda ficaram, sem merecimento, com o ônus da medida mais antipática do pacote: o aumento do Imposto de Renda das pessoas físicas.

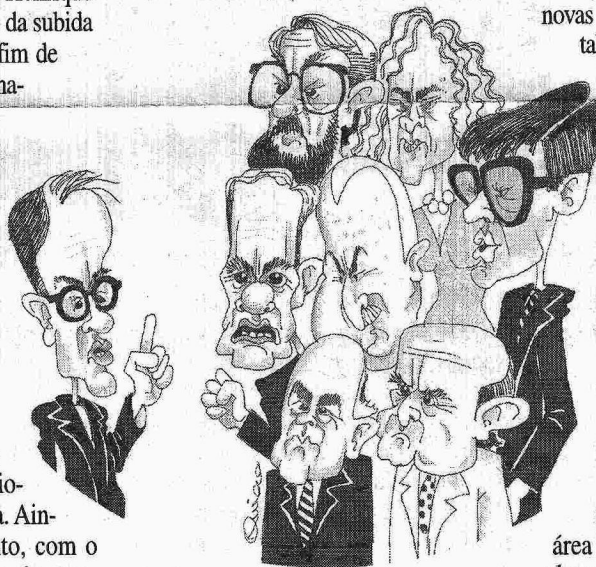
EDUARDO GUIMARÃES, secretário

do Tesouro Nacional - Homem do cofre na equipe da Fazenda, o secretário revelou que nunca ouviu falar da Loas (a Lei Orgânica da Assistência Social), citada em várias medidas que cortam gastos

bém não teve nenhuma participação na elaboração do texto final das medidas.

PAULO RENATO DE SOUZA, ministro da Educação - Viajou para Washington sem comentar os cortes nas despesas com novas bolsas de estudo e pesquisa, que totalizaram R\$ 100 milhões. O temor era de que o corte previsto incidisse sobre o total que já havia reduzido na proposta de orçamento para a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (Capes) em 1998 - R\$ 40 milhões a menos do que os R\$ 390 milhões de 1997. Só mais tarde soube que o corte era o mesmo já previsto.

REINHOLD STEPHANES, ministro da Previdência - Ficou surpreso com as medidas de sua área incluídas no pacote. "Isto não está claro para mim porque não partiu daqui a sugestão de fixar prazos", confessou, ao comentar a polêmica suspensão, por 90 dias, da concessão de novos benefícios aos idosos carentes.



públicos. A gafe comprovou que, mesmo figurando como o principal responsável pela administração das contas da máquina federal, o ex-presidente do IBGE tam-

A CONTA

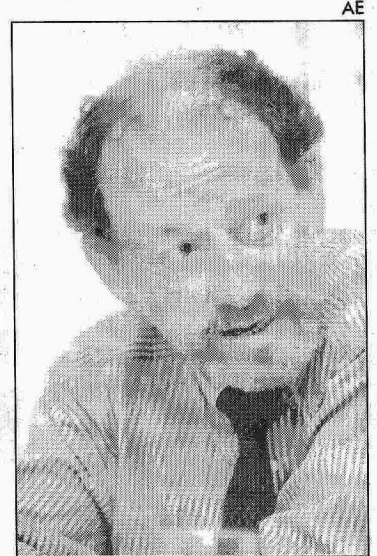
Peso do pacote recai sobre pobres

Economista diz que classe média vai se beneficiar das altas taxas de juros

RIO - Quem vai pagar a conta mais alta das medidas adotadas pelo governo não será a classe média, como identificaram deputados e senadores ao longo da semana, mas os pobres. A afirmação é do economista José Márcio Camargo, da PUC-Rio, um dos mais respeitados especialistas em políticas de emprego e renda do país.

Ele pondera que o governo não tinha alternativa senão as medidas de emergência, mas garante "que os pobres ficarão ainda mais pobres, e o setor de serviços, que vinha garantindo a sobrevivência da mão-de-obra desempregada do setor formal da economia, irá passar por encolhimento. "Não havia o que fazer, caso contrário voltaríamos ao mesmo ponto em que o país estava antes de julho de 1994", mês e ano em que o real entrou em circulação e as taxas de inflação iniciaram uma curva descendente.

"Com a retração da economia, uma parte dos ganhos obtidos com o aumento dos preços de serviços, certamente será revertido", diz José Márcio. Explique-se: isso significa que haverá maior concorrência entre os prestadores de serviço e muitos devem ficar sem trabalho. "A classe média detém a poupança do país e irá se beneficiar das altas taxas de juros, ela ganhará com as medidas adotadas para atrair capitais".



José Márcio: nada a fazer

Carros e bebidas - A classe média também compensará tributos incidentes sobre carros e bebidas alcoólicas com o rendimentos das aplicações financeiras, como a poupança, cujo rendimento será o triplo da inflação prevista para este mês.

Com o recuo do governo, a ela poderá até contabilizar restituições em vez de pagamento de IR. O que não impedirá que essa mesma classe média reduza os gastos mensais com prestadores de serviços.

Já a alta dos combustíveis terá a fatura dividida entre todas as faixas de renda da população. Pesará da mesma forma na frota de carros particulares, como de táxis, ônibus e caminhões - transporte público e privado.

"É a classe mais pobre, que dependia do crediário para comprar bens de mais alto valor, que irá adiar seu sonho de consumo", diz José Márcio. José Márcio não prevê um bom Natal para trabalhadores mais pobres, principalmente os de setores atingidos pela medida, como o automobilístico.